

**TERMO DE CONTRATO Nº 8/2022 – AFEAM**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DE NATUREZA CONTINUADA, NA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO: MENSAGEIROS, CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM E A EMPRESA CSM DA AMAZÔNIA EIRELI, NA FORMA ABAIXO:**

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro de 2022, nesta cidade de Manaus, em sua sede, a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM**, empresa pública estadual autorizada pela Lei estadual nº 2.505, de 1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.183.937/0001-38, situada na Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus, Amazonas, CEP 69.058-795, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor **MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade profissional sob o registro nº [REDACTED], emitida pelo Conselho Regional de Economia da 13ª Região - AM e CPF nº [REDACTED] e por sua Diretora de Administração, senhora **CRISTINA COELHO DA SILVA**, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade sob o nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], ambos domiciliados no mesmo endereço da **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CSM DA AMAZÔNIA EIRELI**, adiante designada **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA), em 6.11.2015, sob o nº 132000676866, com última alteração em 26.9.2019, registrada junto à JUCEA sob o nº 13600104029, em 7.10.2019, sediada na Rua Akita, nº 194, Condomínio Residencial Jardim Sumiré, Quadra E, Lote 11, Sala 03, Parque Dez de Novembro, Manaus, Amazonas, CEP 69.054-237, inscrita no CNPJ sob o nº 23.612.289/0001-03, neste ato representada por seu Titular Administrador, senhor **JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº [REDACTED] SSP/AM e CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED]

[REDACTED] em consequência do resultado da licitação, realizada pela **Comissão Permanente de Licitação da AFEAM**, na modalidade similar ao pregão eletrônico de nº 02/2022, tendo em vista os autos do processo nº 016501.01.32/2022-AFEAM, adiante designado **PROCESSO**, na presença das testemunhas nominadas no final, assinam o presente **TERMO DE CONTRATO Nº 8/2022, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DE NATUREZA CONTINUADA, NA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO: MENSAGEIROS**, em razão da decisão da Diretoria da **CONTRATANTE**, expressa na Resolução da Diretoria nº 61/2022, de 13.10.2022, que autorizou celebrar este contrato, sendo ele regido pela Lei nº 13.303, de 2016, Decreto estadual nº 39.032, de 2018, e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da

AFEAM – RILC/AFEAM, de 15.12.2021, bem como pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Por força deste contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar à **CONTRATANTE** os serviços terceirizados de natureza continuada, na área de apoio administrativo: mensageiros, para atender às necessidades da AFEAM, e vincula-se ao edital da licitação, à proposta s/nº, de 28.9.2022, e ao Termo de Referência, de 28.3.2022, constantes do **PROCESSO**, que passam a integrar o presente instrumento como se nele estivessem transcritos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os serviços detalhados na Cláusula Primeira desde Contrato, deverão ser executados por 3 (três) Mensageiros, sob o regime de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00h as 12:00h e de 13:00h as 17:00h, com 1 (uma) hora de intervalo para o almoço, não excedendo 8 (oito) horas de trabalho diário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:** O preço global estimado dos serviços é de R\$ 111.357,85 (cento e onze mil e trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global estimado do contrato em 12 (doze) parcelas mensais, estimadas e sucessivas de R\$ 9.279,82 (nove mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos), nos termos dos parágrafos seguintes:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deve apresentar à **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

- I. Nota Fiscal/Fatura;
- II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;
- III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade; e,
- IV. Relatório de serviços, que comprove a prestação dos serviços ou a entrega período, conforme as especificações e exigências constantes do instrumento convocatório deste contrato; e,
- V. Documentação obrigatória da mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATANTE** deve conferir os documentos recebidos e, se não houver inconformidade, deve atestá-los.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em caso de inconformidade, a **CONTRATADA** será notificada para comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, que regularizou situação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O pagamento será em moeda oficial e corrente no País, por meio de depósito na conta - corrente bancária da **CONTRATADA**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega de toda a documentação solicitada pela **CONTRATANTE**. Caso a **CONTRATADA** não entregue a documentação completa, o prazo da **CONTRATANTE** para pagamento será renovado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando a **CONTRATADA**:

I - não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

III – deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos a **CONTRATANTE** ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Quando houver glosa parcial, a **CONTRATANTE** deverá comunicar a **CONTRATADA** para que emita a Nota Fiscal com o valor dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos à retenção na fonte de encargos fixados por lei, na forma da legislação específica.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Na falta de regularidade fiscal, a **CONTRATANTE** não está autorizada a realizar a retenção do pagamento devido a **CONTRATADA**, que será notificada para regularizar a situação perante o INSS ou o FGTS, sob pena de rescisão contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇO:** Os preços acordados poderão ser alterados por reajuste ou repactuação, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos do art.190 e ss do RILC AFEAM, a partir da demonstração analítica devidamente justificada pela **CONTRATADA**, de todos os componentes dos custos que integram o contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo mencionado no *caput* será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir nos casos de reajuste ou,

ainda, da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta na licitação, nos casos de repactuação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A majoração salarial decorrente de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente enseja pedido de repactuação dos valores acordados, não de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O interregno de mínimo de um ano para o reajuste de cada parcela do contrato será contado a partir:

I – da data limite para apresentação das propostas na licitação, em relação a parcela de custos relativa a materiais e insumos; e

II – da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta na licitação, para a parcela de custos relativa à mão de obra que estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os efeitos financeiros decorrentes da repactuação, motivada por majoração salarial, devem incidir a partir da data da respectiva alteração, conforme especificado no acordo, convenção dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que fixou o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato objeto do pedido de repactuação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de ocorrer preclusão lógica do exercício do direito.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os componentes de custos envolvendo insumos e materiais serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico – financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do artigo 200 do RILC AFEAM.

**CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO:** Os serviços serão recebidos definitivamente pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização contratual da **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da prestação do serviço ou da entrega do material.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O recebimento definitivo será confirmado pelo gestor do contrato, após atesto do fiscal técnico sobre a entrega do objeto, verificando sua qualidade, quantidade e conformidade, mediante a verificação da documentação prevista no inciso IV do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta deste Contrato, e do fiscal administrativo sobre a documentação relativa ao pagamento, mediante a verificação da

documentação prevista nos incisos I, II, III e V do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta deste Contrato, em documento específico para esse fim, concretizando assim a execução do objeto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caberá aos fiscais do contrato, em sua área de competência, solicitar ao preposto da **CONTRATADA** a complementação ou a correção da documentação necessária ao atesto do objeto realizado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem éticoprofissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão do contrato, caberá aos responsáveis pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A AFEAM deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato e instaurar processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO:** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, de 1º.11.2022 a 1º.11.2023, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 180, do RILC AFEAM.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:** Compete a **CONTRATANTE**, a fiscalização do contrato, que será exercida pelo fiscal técnico **Jonathas Chaves da Silva**, matrícula nº 268, Coordenador/GERAD, que em caso de impedimento será substituído pela empregada **Mônica Cristina da Silva Barros**, matrícula nº 199, Assessor/GERAD, e pelo fiscal administrativo, por meio da empregada **Liah Lopes Antela**, matrícula nº 340, Coordenadora/GERAD, que em caso de impedimento será substituída pela empregada **Lina Fernandes Pires da Silva**, matrícula nº 137, Especialista de Fomento/GERAD, para verificação da conformidade da sua escoreta execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A gestão do contrato, será exercida pelo responsável pela Gerência Administrativa da AFEAM, **Jacques Douglas Mota Gonçalves**, matrícula nº 155, Gerente Administrativo, ou por quem o substitua no exercício de sua função, mediante Ato específico para designação do substituto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.



**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A fiscalização da **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos serviços contratados e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O fiscal da **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal da **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas a seus superiores para a adoção de medidas necessárias.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A **CONTRATADA** é obrigada a manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato.

**CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA OFERECIDA PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL:** A fim de garantir a fiel observância dos serviços prestados e dos termos do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, garantia correspondente a 3 % (três por cento) do valor contratado, representada por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A garantia será de R\$ 3.340,74 (três mil, trezentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos), correspondente a 3% (três por cento) do preço global atualizado do contrato, com vencimento em 1º.11.2023.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de garantia em dinheiro, a **CONTRATADA** deverá depositar o valor referente na seguinte conta da **CONTRATANTE**: banco: 237 (Bradesco); agência 3734 (Parque Dez); conta corrente nº: 5050-4, enviando o comprovante para o e-mail: [contratos@afeam.org.br](mailto:contratos@afeam.org.br).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Na hipótese de renovação contratual, a garantia deverá ser atualizada e apresentada à **CONTRATANTE**, no mesmo prazo e percentual estabelecido no *caput* deste artigo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATANTE** está autorizada a proceder com a retenção preventiva da garantia contratual em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento contratual da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízo advindo do não cumprimento do contrato, parcial ou total, e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. Prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e,
- III. Sanções contratuais e legais de qualquer natureza aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a execução e expedição do termo de recebimento definitivo do objeto contratual e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A devolução da garantia do contrato será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Atesto do fiscal do contrato na última parcela referente ao serviço prestado ou objeto adquirido pela **CONTRATANTE**, sem que o mesmo tenha identificado qualquer obrigação pendente por parte da **CONTRATADA**; e,
- II. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO NONO:** O não cumprimento ou atraso injustificado da exigência prevista no *caput* e no parágrafo terceiro da Cláusula Nona ensejará a aplicação de sanções administrativas constantes neste contrato e no RILC da AFEAM.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Poderá ser entendido como não cumprimento da exigência prevista no parágrafo nono da Cláusula Nona, o atraso injustificado na apresentação de garantia que perdure até o limite da multa estabelecida na alínea “a” do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

- I. Cumprir fielmente o objeto do contrato;
- II. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;
- III. Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATANTE** todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;
- IV. Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;

- V. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;
- VI. Fornecer, por exclusiva conta e responsabilidade, todo e qualquer material e equipamento necessários à execução do objeto do contrato, nas quantidades e características técnicas adequadas à necessidade;
- VII. Atender prontamente as instruções do fiscal do contrato inerentes à execução do objeto contratual, quanto ao horário e local de execução do objeto do contrato, permanência e circulação de pessoas no prédio da **CONTRATANTE**, dentre outras, devendo instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da **CONTRATANTE**;
- VIII. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce, na assinatura de contrato ou em até 6 (seis) meses após assinatura;
- IX. Apresentar, durante a execução do contrato, documento (s) que comprove (m) a prática de responsabilidade socioambiental relacionada à atividade objeto do contrato;
- X. Reparar quaisquer danos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante, bem como por toda e qualquer alteração relativa ao regime de tributação e incidência de impostos, não cabendo à **CONTRATANTE** qualquer ônus ou ação judicial;
- XI. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela **CONTRATANTE**, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- XII. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução;
- XIII. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução durante a execução do contrato;
- XIV. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato
- XV. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para atender os seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- XVI. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, por meio de seu encarregado, obrigando-se a manter, permanentemente, o contingente laborativo, na quantidade necessária, independentemente de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, promovendo, para tanto, as substituições dos mesmos, atendido o perfil exigido, em até 2 (duas) horas após a comunicação da **CONTRATANTE** e/ou por outras formas de conhecimento, não sendo permitida a prorrogação da jornada



de trabalho (dobrar serviço), sob pena de ser descontada a falta no faturamento do mês da ocorrência;

XVII. Encaminhar à **CONTRATANTE** a relação dos empregados que usufruirão de férias no mês, com antecedência de 15 (quinze) dias, apresentando no final do mês juntamente com a nota fiscal, o comprovante de pagamento das referidas férias;

XVIII. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela **CONTRATANTE**, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retome às instalações da **CONTRATANTE**;

XIX. Comunicar, verbal e imediatamente à **CONTRATANTE**, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, inclusive a falta de algum empregado, bem como o desligamento de empregados da **CONTRATADA** que prestem serviços ou estejam à disposição da **CONTRATANTE** e, no menor espaço de tempo possível, reduzi-las por escrito, acrescentando todos os dados e circunstâncias necessárias ao esclarecimento dos fatos;

XX. Cumprir, rigorosamente, toda a legislação relativa à segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como quaisquer medidas adicionais que venham a ser solicitadas pela **CONTRATANTE**, as quais não a isentarão de suas responsabilidades quanto as obrigações legais;

XXI. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

XXII. Fornecer aos seus empregados, uniformes e calçados (sendo vedado o uso de tamancos, chinelos e sandálias específicos a cada atividade), devidamente gravados com a logomarca da **CONTRATADA** bem como crachás com nome, categoria e retrato, fornecidos pela **CONTRATADA**, fornecendo à **CONTRATANTE** antes do início da prestação dos serviços, um plano de trabalho, contendo todas as informações e dados necessários à fiscalização, inclusive, o cronograma com as datas de entrega dos uniformes e crachás, o que deverá ocorrer antes do início efetivo da prestação dos serviços, com sua devida comprovação;

XXIII. Manter um escritório local em Manaus, com número de telefone também local, que possibilitem o imediato atendimento das solicitações efetuadas pela **CONTRATANTE** em relação à execução dos serviços contratados; e,

XXIV. Tomar ciência do Código de Ética, Conduta e Integridade da **CONTRATANTE**, bem como dar conhecimento e providenciar a assinatura dos colaboradores, que prestarão serviços à **CONTRATANTE**, no Termo de Compromisso e Adesão, fornecido por esta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA**

**CONTRATANTE:**

- I. Permitir à **CONTRATADA** executar o objeto do contrato;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** para a boa e fiel execução do objeto do contrato;
- III. Utilizar os serviços unicamente para os fins estabelecidos neste contrato;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- V. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- VI. Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- VII. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;
- VIII. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;
- IX. Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes
- X. Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de uniforme ou equipamento de proteção individual que considere não atenderem as necessidades exigidas para a contratação ou coloque em risco a saúde dos empregados;
- XI. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- XII. Informar a documentação obrigatória da mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços, para fins de pagamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a celebração do contrato;
- XIII. Dar ciência à **CONTRATADA** do Código de Ética, Conduta e Integridade da **CONTRATANTE**, fornecendo cópia do mesmo, bem como do Termo de Compromisso e Adesão para coleta de assinatura junto aos empregados da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:** Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 2 (dois) anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As sanções previstas nos incisos I e III, do *caput*, da Cláusula Décima Segunda, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADVERTÊNCIA:** A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à **CONTRATADA**, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MULTA:** A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

- a) No caso de atraso na entrega da garantia contratual, incidência de multa 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia do valor da contrato, que não poderá ultrapassar, em seu total, o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- b) Na execução do contrato, quando a **CONTRATADA** cometer alguma das infrações constantes da “Tabela 1 - Grau de infrações”, respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau;

**Tabela 1: Grau das Infrações**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado por ocorrência.	01
02	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia.	01
03	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	01
04	Não entregar os vales-transportes e/ou ticket-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.	01
05	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
06	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
07	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE, por ocorrência.	02

08	Deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
09	Deixar de fornecer os uniformes, ou fornecê-los inadequadamente, por funcionário e por ocorrência.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	03
11	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
12	Deixar de zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas, por item e por dia.	03
13	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	03
14	Retirar das dependências do CONTRATANTE qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato.	03
15	Não efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.	04
16	Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência.	05
17	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais, por dia e por ocorrência.	05
18	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	06
19	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	06

**Tabela 2: Aplicação de multas para serviços com mão de obra cedida:**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
04	0,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
05	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
06	1,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

c) no caso de inexecução parcial, incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da **CONTRATANTE**;

d) no caso de inexecução total, incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da **CONTRATANTE**;

e) No caso de fraude na execução do contrato ou fiscal, incidência de multa cuja base deve corresponder ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Independente da multa prevista neste instrumento contratual, caso a **CONTRATADA** venha a causar prejuízos à **CONTRATANTE**, por meio de sua conduta, a mesma fica obrigada a ressarcir-los integralmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O não pagamento da multa aplicada ou ressarcimento do prejuízo causado importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM, por 02 (dois) anos, ou até o adimplir a obrigação que deu origem a suspensão.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O débito resultante de multa administrativa de que trata este artigo poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal da **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Qualquer multa imputada e não paga no prazo concedido pela **CONTRATANTE** será corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A aplicação da sanção de multa importa em sua comunicação à **CONTRATADA**, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A aplicação de multa não impede que **CONTRATANTE** rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A **CONTRATADA** será convocada para pagar o valor total da multa mediante depósito identificado, em favor da **CONTRATANTE**, na conta corrente nº 5050-4, agência nº 3734-6, do Banco Bradesco S.A, e comprovar o pagamento mediante apresentação do respectivo comprovante de depósito bancário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUSPENSÃO:** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO:** O contrato poderá ser rescindido de forma consensual, unilateral ou judicial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A rescisão consensual do contrato ocorrerá por acordo entre as partes, conforme condições definidas no termo de distrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A rescisão unilateral do contrato poderá ser requerida pela **CONTRATANTE**, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, em que seja assegurado à **CONTRATADA** direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por



meio da instauração de processo administrativo, quando ocorrer, dentre outros, os seguintes motivos:

- I. o descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pela **CONTRATADA**;
- II. a alteração da pessoa da **CONTRATADA**, mediante:
  - a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da AFEAM;
  - b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela AFEAM e que causem prejuízo à execução do objeto.
- III. o desatendimento reiterado e injustificado das determinações da **CONTRATANTE** decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;
- IV. o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- V. a dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;
- VI. a decretação de falência ou a insolvência civil de qualquer uma das partes;
- VII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do contrato;
- VIII. razões de interesse da **CONTRATANTE**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- IX. a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- X. a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- XI. o descumprimento pela **CONTRATADA** da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; e,
- XII. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A rescisão judicial ocorrerá por meio de decisão judicial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da **CONTRATANTE**, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório, neste contrato e no RILC AFEAM:

- I - assunção imediata do objeto contratado pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar; e,
- II – retenção para execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos a **CONTRATADA**, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da

**CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e ainda terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e,
- III - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO:** O contrato poderá ser alterado por meio de aditamento, nos casos apontados pelo artigo 81, da Lei nº 13.303, de 2016.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no seu objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 81, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A supressão do objeto poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato mediante acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do artigo 81, § 2º, da Lei nº 13.303, de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:** O presente contrato poderá ser extinto pela via e nas formas admitidas no Código Civil ou legislação específica aplicável, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:** É vedada a subcontratação parcial do objeto, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido pela **CONTRATADA** com terceiros.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do contrato, no valor mencionado na Cláusula Terceira, inserem-se nos recursos próprios orçamentários da **CONTRATANTE**, conforme demonstrado no Documento de Comprovação de Recursos, de 27.6.2022, constante do **PROCESSO**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:** A **CONTRATANTE** promoverá a publicação do contrato em forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ASSINATURA:** O presente instrumento contratual e seus termos aditivos, podem ser assinados digitalmente, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, e enviados, entre as partes, por meio eletrônico.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:** Fica eleito o foro da comarca de Manaus, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:** Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pela Lei 13.303, de 2016 e pelo RILC AFEAM, como também pelos documentos integrantes do presente ajuste.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas que este subscrevem, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, Amazonas, 31 de outubro de 2022.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM  
(CONTRATANTE)**



**MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO**  
Diretor-Presidente



**CRISTINA COELHO DA SILVA**  
Diretora de Administração

**CSM DA AMAZÔNIA EIRELI  
(CONTRATADA)**

**JEFFESON  
CAVALCANTE DE  
PINHO:79164609200**

**JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO**  
Titular

Assinado digitalmente por JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO:  
79164609200  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR ASCON, OU=10470704000181, CN=JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO:  
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2022.10.31 12:04:56-04'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 11.0.1

**TESTEMUNHAS:**



**JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES**  
CPF: [REDACTED]  
RG: [REDACTED]



**LIAH LOPES ANTELA**  
CPF: [REDACTED]  
RG: [REDACTED]